

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**IMPACTOS DA REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE
2014 SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA**

Thiago Alves Simões
Nº de matrícula: 0511893

Orientador: Marco Antônio F. de H. Cavalcanti

Junho de 2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**IMPACTOS DA REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE
2014 SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA**

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

Thiago Alves Simões

Nº de matrícula: 0511893

Orientador: Marco Antônio F. de H. Cavalcanti

Junho de 2011

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. MEGA-EVENTOS ESPORTIVOS ANTERIORES.....	7
1.1 Definição de Mega-Evento Esportivo.....	7
1.2 Análise <i>Ex Post</i>	9
1.3 Caso: Barcelona 1992.....	14
2. ECONOMIA BRASILEIRA E POSSÍVEIS IMPACTOS.....	17
2.1 O Governo e a Copa.....	17
2.2 Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento.....	18
2.3 Possíveis Impactos Positivos.....	20
2.4 Possíveis Impactos Negativos.....	22
3. ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS DA COPA DO MUNDO DE 2014.....	28
3.1 Metodologia.....	28
3.2 Investimentos e Impactos da Copa de 2014.....	30
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1: Modelo de Financiamento dos Jogos Olímpicos – 1972 a 2000.....	13
Tabela 1: Efeitos Multiplicadores dos Gastos Sociais.....	23
Tabela 2: Composição do Estoque da Dívida Pública Federal.....	25
Tabela 3: Investimentos em Estádios e Entornos.....	30
Tabela 4: Investimentos em Aeroportos e Portos.....	33
Tabela 5: Investimentos em Mobilidade Urbana.....	34

INTRODUÇÃO

Grandes eventos esportivos, tal como a Copa do Mundo, são considerados bens de altíssimo valor por diversas nações. Por este motivo, países despendem enormes quantias de dinheiro no processo de candidatura à país-sede e, quando bem sucedidos, gastam fortunas para a construção e a operação da infra-estrutura necessária para sediar tais eventos.

Diante desses gastos, muitos perguntam o por quê do desejo de realizá-lo. Há quem argumente que a Copa do Mundo representa uma significativa exposição internacional para o país-sede. No mais, o referido evento também pode ser visto como um evento político, servindo de mostruário do poder econômico, político e cultural do país, além de um sinal de que este se firmou como uma grande figura no cenário internacional. Enfim, pode-se listar uma série de motivos para explicar tal aspiração.

Todavia, nenhum desses argumentos é tão convincente quanto a promessa de um excepcional fortalecimento econômico, devido ao aumento no consumo das famílias, aos investimentos em infra-estrutura, à geração de empregos, ao aumento no turismo, entre outros fatores.

A promoção desses “mega-eventos” tem sido uma estratégia utilizada por diversas nações para a atração de investimentos e de atenção internacional. Ser um país-sede traz consigo não somente a animação do torneio e a exposição na mídia do mesmo, mas também a expectativa de retornos positivos aos investimentos consideráveis, e necessários, associados à sediar esse tipo de evento.

Deste modo, a relevância da dissertação proposta reside na importância - não só social, como também econômica -, da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Diferentes questões são levantadas por economistas, quando da iminência do mencionado evento. Como a realização de um grande evento esportivo pode impactar a economia de um país? Os benefícios advindos da realização de uma Copa do Mundo compensam as despesas para realizá-la, bem como para vencer a disputa para ser o país escolhido? O que pode ser feito para maximizar tais benefícios? Sabidas as características da economia brasileira, quais desses custos e benefícios seriam relevantes para o Brasil? Qual é a verdadeira magnitude dos impactos econômicos previstos

provenientes da Copa do Mundo de 2014 na economia brasileira? A pesquisa feita nesse trabalho monográfico busca debater as questões acima mencionadas.

Inicialmente, após uma revisão cuidadosa da literatura referente ao tema, introduziremos uma definição do que seria um mega-evento esportivo. Dessa forma, poderemos fazer um estudo de casos de países que já realizaram eventos desse tipo, para que possamos determinar quais são todos os possíveis benefícios e custos provenientes da realização de um mega-evento esportivo.

Na seqüência, discutiremos a atuação do Estado na economia e a relevância da intervenção estatal, quando da realização de um evento dessa magnitude. No mais, com o intuito de fazermos uma análise *ex ante* abalizada da Copa do Mundo de 2014, serão estudadas características típicas de uma economia emergente, como a brasileira, de modo a diferenciar a realização, em nosso país, de um mega-evento esportivo no Brasil, com a de eventos anteriormente realizados em países desenvolvidos.

À luz da literatura e das características da economia brasileira, serão traçados os possíveis impactos positivos e negativos da realização da Copa do Mundo sobre o Brasil.

Por fim, será feita uma análise qualitativa do modelo de gestão adotado pelo país, listando os investimentos previstos para a Copa de 2014, na qual serão apontadas as formas de financiamentos e os destinos destes. Com base nessa análise, serão destacadas quais as prováveis conseqüências da realização de um mega-evento esportivo, no caso brasileiro. Assim, poderemos chegar a uma conclusão a respeito dos impactos da realização da Copa do Mundo de 2014 sobre a economia brasileira.

1. MEGA-EVENTOS ESPORTIVOS ANTERIORES

1.1 Definição de Mega-Evento Esportivo

Na literatura existente relativa ao assunto, podemos encontrar diversas definições do que seria um mega-evento esportivo. Tentaremos aqui apontar as principais características assinaladas por esses estudos, chegando, pois, a uma definição própria.

Um mega-evento esportivo tem que apresentar duas características chaves. Primeiramente, a região que sedia tal evento passará por significativas alterações sócio-econômicas. Ademais, deverá atrair mídia internacional e espectadores de diversas nações do mundo.

A principal razão, que justifica a atração de milhares de fãs mundo afora para eventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, é o aspecto da competição esportiva que habilita os cidadãos a torcerem por suas respectivas nações. Porém, em um estudo como esse, que pretende fazer um exame minucioso dos fatores que não são apenas ligados ao esporte, impende destacar a existência de outras partes com interesses alternativos no evento, dentre as quais podemos citar:

- o Governo do país-sede, patrocinadores e investidores, cujo desembolso de fundos tem como intenção atingir recompensas como benefícios econômicos e maior reconhecimento internacional. São responsáveis pelo planejamento do evento e, inclusive, por tomadas de decisões no tocante a requerimentos para construção e reforma de estádios, hotelaria, propaganda, transmissão, relações públicas, entre outros fatores;
- setores de atividade comercial, os quais provavelmente aumentarão suas equipes de funcionários durante as fases de planejamento, preparação e execução do evento; e
- grupos de interesse locais e residentes, que serão beneficiados diretamente pelos gastos em infra-estrutura e pelo aumento do turismo da região, mas ao custo de potencial perturbação no dia a dia, em função de congestionamento do tráfego e escassez de recursos.

A Copa do Mundo pode ser definida como uma série de campeonatos que ocorrem a cada quatro anos e representam uma marca de qualidade, sendo certo que os direitos de propriedade pertencem exclusivamente a FIFA, a qual tem a palavra final quanto a todas as questões relacionadas ao evento. Ademais, a aludida entidade atua como um monopolista, fornecendo o direito de realizar a Copa do Mundo, em um ano particular, e selecionando os locais específicos do país escolhido.

Sob este prisma, tal sistema assemelha-se a uma organização de “franchise”. Contudo, a despeito da usual relação de longo prazo estabelecida entre parceiros de uma “franchise”, o direito de sediar o evento é restrito a um único torneio em um período definido, e é alocado a um candidato exclusivo em um tipo de leilão com diversos licitantes.

Ocorre que, enquanto leilões habituais são tipicamente orientados pelo preço, o processo de candidatura para a Copa é orientado pela qualidade, no sentido de que um pacote de insumos (novos estádios e outras instalações) é oferecido pelos candidatos, o qual é avaliado pelo Comitê Executivo da FIFA.

Os países interessados em realizar a Copa do Mundo têm que arcar com os custos irrecuperáveis, provenientes de uma candidatura mal-sucedida. Isso ocorre porque a FIFA precisa de um sinal de comprometimento, com vistas a diminuir problemas como seleção adversa e risco moral.

Cumprе mencionar, neste ponto, que são problemas distintos que podem ser causados pelo fato de o principal saber muito menos que o agente. Neste caso, o principal seria a FIFA e o agente seria o país candidato. O problema de seleção adversa resulta de o principal não ter como avaliar se escolheu um bom ou um mal profissional.

O problema de risco moral, por sua vez, reflete o fato de que, caso os serviços prestados pelo agente não sejam bem sucedidos, o cliente não tem como avaliar se isso ocorreu por falta de esforço do agente ou por questões fora de seu controle. O risco moral se refere à possibilidade de o agente mudar seu comportamento e agir inapropriadamente do ponto de vista do principal.

Problemas de informação assimétrica, como os mencionados, podem causar sérios danos à Copa do Mundo, na acepção de marca de qualidade, fazendo-se necessário, destarte, o uso de sinalização. Por outro lado, o poder ameaçador da FIFA não pode se tornar muito forte, caso contrário, poderá dissuadir parcialmente ou até completamente

os países de lançarem candidaturas, acarretando, dessa forma, séria deterioração à Copa ou até mesmo seu “break down”. Assim, é possível verificar problemas característicos da teoria do agente-principal no mercado desse evento, e interesses do lado da oferta e demanda precisam ser balanceados para alcançar eficiência.

Portanto, podemos definir mega-eventos esportivos como eventos culturais de grande escala que possuem forte apelo popular e significância internacional. Eles são tipicamente organizados por uma combinação variável de organizações governamentais e não governamentais.

1.2 Análise *Ex-Post*

Na busca por um conhecimento mais apropriado do assunto, faremos, em seguida, uma análise *ex-post* de grandes eventos esportivos, com foco nos mais recentes, por estes apresentarem maior relevância para o presente estudo.

Apesar de uma análise desse tipo ser criticada por prover pouca informação construtiva, apenas expor as falhas do evento, além de questionar os motivos para um país desejar sediá-lo, ela será muito útil no nosso estudo, pois irá promover o reconhecimento dos custos e benefícios potenciais relacionados ao evento, permitindo uma análise *ex-ante* mais precisa.

A Copa do Mundo do Japão e da Coreia do Sul adicionou US\$ 25 bilhões (0,6%) e US\$ 9 bilhões (2,2%) às economias japonesas e coreanas respectivamente.¹ Os gastos dos turistas estrangeiros que foram acompanhar a Copa na Coreia foram estimados em US\$ 2.242 por pessoa ou US\$ 522 milhões no total, quantia 1,8 vezes maior do que a despendida por turistas estrangeiros habituais. Esse montante originou um impulso de US\$ 1,35 bilhões na economia coreana, como resultado de impactos diretos, indiretos e induzidos.²

O principal ponto negativo da Copa de 2002 foi o alto investimento em estádios, que se tornaram verdadeiros “elefantes brancos”. A Copa do Mundo do Japão e da

¹ BROOKE, James. **Hosts' Big Hopes Are Let Down By World Cup**. The New York Times, 29 de junho de 2009.

² LEE, Choong-Ki e TAYLOR, Tracy. **Critical Reflections on the Economic Impact Assessment of a Mega-Event: The Case of 2002 FIFA World Cup**. Tourism Management, n.26, p.595-603, 2005.

Coréia do Sul exigiu US\$ 7 bilhões em gastos. A Coréia do Sul construiu dez novos estádios, com o custo de US\$ 2 bilhões, e o Japão ergueu sete novos estádios e reformou outros três, gastando um mínimo de US\$ 4 bilhões.³

As aludidas despesas, em um patamar tão elevado, podem ser atribuídas às estruturas de baixa qualidade, voltadas para o futebol, previamente existentes. Como os mercados do futebol em ambos países ainda eram pouco desenvolvidos, o resultado foi a subutilização desses estádios, justificando o conceito de “elefantes brancos”.

Os maiores beneficiados com a Copa na Coréia foram os setores de serviços, construção e bancário, os quais obtiveram um impulso de 15%, já esperado, devido à fase de preparação e também ao aumento do turismo, em virtude da realização do evento. Outros beneficiados pela Copa do Mundo foram o Yahoo, que alcançou um número de 2 bilhões de buscas extras, e o MasterCard, que ganhou mais 2 milhões de usuários dos seus cartões de créditos.

Ademais, um fator comum a mega-eventos esportivos é o aumento na venda de cervejas. Durante a Copa em 2002, a Coréia relatou um impulso de 30% nas vendas de garrafas de cerveja e 70% nas vendas de barris de chope.⁴

A Copa da Alemanha, em 2006, custou ao país uma quantia de US\$ 5,3 a US\$ 6,1 bilhões.⁵ Investimentos em estádios somaram um total de US\$ 1,9 bilhões, em 12 localidades diferentes - coincidentemente o mesmo número de sedes que o Brasil apresentará. Deste montante, 60% foi financiado por clubes e outras empresas privadas, o que contribuiu para aumentar o efeito multiplicador desses gastos na renda e na geração de empregos.⁶

A maior participação dos clubes no financiamento das construções de estádios e arenas se deu pela expectativa de um aumento na receita proveniente de bilheteria, em razão de um esperado incremento na atratividade dos estádios, causado por diversos

³ MATHESON, Victor e BAADE, Robert. **Mega Sporting Events in Developing Nations: Playing the Way to Prosperity?** The South African Journal of Economics, v. 72:5, p. 1085-1096, dezembro de 2004.

⁴ BROOKE, James. **Hosts' Big Hopes Are Let Down By World Cup.** The New York Times, 29 de junho de 2009.

⁵ HENSLEY, Matthew e BEHRENS, Careen. **PPP and The World Cup: Strategies to Help Emerging Markets Attract Major Events and Finance New Infrastructure.** Disponível em: <http://www.ip3.org/pdf/2006_publication_009.pdf>. Acesso em 15.04.2011.

⁶ MAENNING, Wolfgang e DU PLESSIS, Stan. **World Cup 2010: South African Economic Perspectives and Policy Challenges Informed by the Experience of Germany 2006.** Contemporary Economic Policy, v.25, n.4, p.578-590,2007.

fatores, dentre os quais, maior conforto para os espectadores e criação de novos lugares VIP e camarotes.

Além de despesas em instalações esportivas, a Alemanha despendeu US\$ 2,7 bilhões em infra-estrutura urbana, o que pode ser considerado uma quantia baixa se compararmos com outros países, mas que representa um montante significativo se considerarmos que a infra-estrutura relevante para o evento já existia em bom nível.⁷ Os gastos comparativamente mais baixos em transformação urbana e a alta participação do setor privado nas despesas com estádios contribuíram para uma conta pública mais saudável.

No entanto, a Copa do Mundo de 2006 teve impactos significativos tão somente em setores de pouca importância para a economia alemã, como cervejarias, casas de câmbio e marketing esportivo. Em contrapartida, setores de maior relevância, no nível agregado, como o turismo, não obtiveram efeitos expressivos.

Na realidade, hotéis alemães apresentaram um declínio de 2,7% em suas taxas de ocupação, devido ao efeito “crowding-out”. Turistas habituais deixaram de visitar o país, em função do aumento nos preços em serviços e da lotação das cidades durante o evento. Esse declínio, entretanto, foi compensado pelos gerentes de hotéis por meio do aumento no preço das diárias. No mais, foram mínimos os efeitos na renda e na geração de empregos, em razão da realização da Copa.⁸

Cumprir notar um dado econômico interessante encontrado por diferentes estudos, qual seja, o impacto sobre economias que não estavam sediando o evento. Enquanto a Alemanha obteve um aumento de 0,6% ou 3,4 bilhões de libras na sua economia, durante a Copa de 2006, fabricantes do Japão e Reino Unido ganharam US\$ 5,8 bilhões e 1,25 bilhões de libras respectivamente, como resultado do aumento das vendas de televisões LCD e camisas de futebol.⁹

Insta notar que o nível de gastos em infra-estrutura para a Copa do Mundo é similar ao feito para as Olimpíadas. As Olimpíadas de 2004, em Atenas, custaram à

⁷ BUTTNER, Nicolas, MAENNING, Wolfgang e MESSNER, Marco. **Relationships Between Investments Costs for Infrastructure and for Sport Stadia: The Case of the World Cup 2006 in Germany**. International Association of Sports Economists, Working Paper Series, n.07-04,,2007.

⁸ MAENNING, Wolfgang e DU PLESSIS, Stan. **World Cup 2010: South African Economic Perspectives and Policy Challenges Informed by the Experience of Germany 2006**. Contemporary Economic Policy, v.25, n.4, p.578-590,2007.

⁹ OGUCHI, Yukihiro. **Dentsu Survey Estimates the Economic Impact in Japan from the 2006 FIFA World Cup Germany**. Dentsu Press Release, n.17, 2006.

Grécia aproximadamente US\$ 10 bilhões apenas no ano em que ocorreram os jogos. Isso porque, os custos relacionados à construção de instalações esportivas foram estimados em 3 bilhões de euros. No mais, outros 4,2 bilhões de euros foram gastos em transportes (1,2), comunicação (1,2), segurança (1,1) e outras estruturas (0,7). O Governo da Grécia financiou 83% desses gastos.¹⁰

Não obstante, estudos mostram que os jogos olímpicos tiveram um impacto positivo na economia grega. A economia foi impulsionada em 1,3% de seu PIB por ano, e desemprego caiu 1,9% por ano, durante o período entre 1997 e 2005. O incremento no PIB, atribuído aos jogos durante o período de 1997-2005, foi estimado ser 2,5 vezes o custo de preparação total.

Parte desse impacto, porém, é absorvida pelo custo de manutenção da infraestrutura construída para os jogos, porquanto o Governo da Grécia gasta aproximadamente US\$ 110 milhões por ano, em consequência da subutilização e falta de planejamento.¹¹

Além disso, como 83% das despesas foram financiadas pelo Governo, tem sido muito debatido o impacto desses gastos na conta pública e sua parcela de responsabilidade pela crise fiscal que a Grécia atravessa.

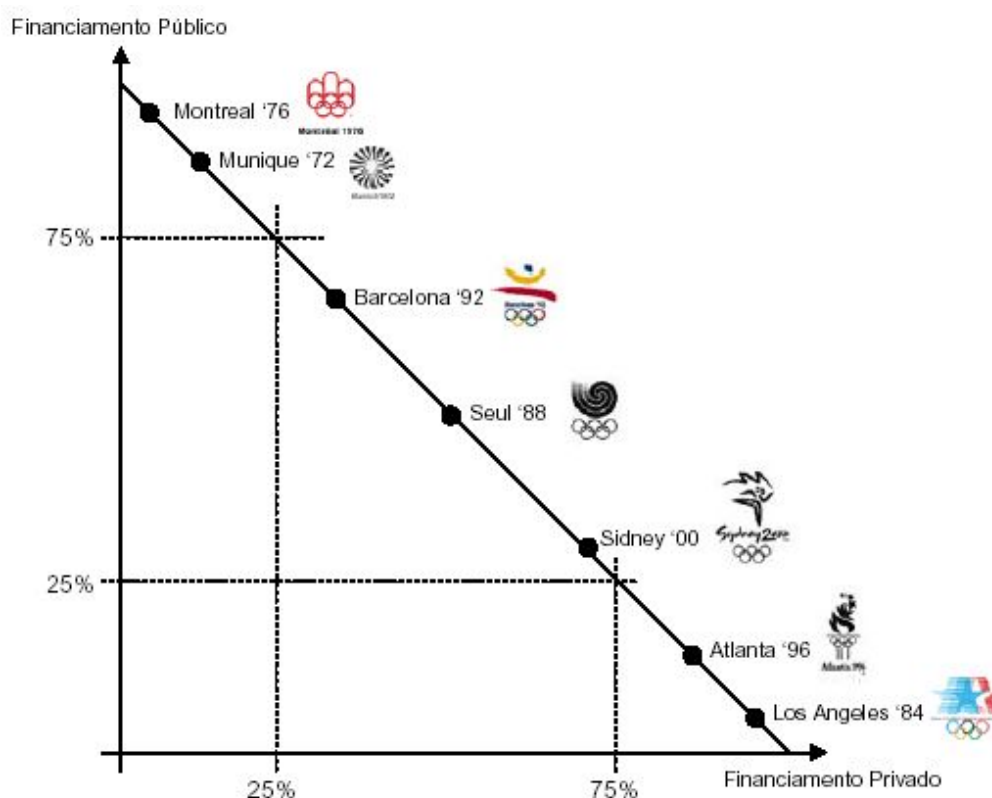
Deste modo, o que podemos concluir do caso da Grécia é que a falta de planejamento faz com que o aumento do PIB seja minimizado, ou até passageiro, o que pode acarretar sérias consequências negativas, como uma depreciação na conta pública, capaz de originar uma futura recessão econômica.

Pelo exposto, temos fundamentada a importância de um mix de recursos públicos e privados. O estudo feito pela Golden Goal Sports Ventures Ltda, empresa especializada em gestão esportiva, deu origem ao gráfico a seguir, no qual resta demonstrado o modelo de financiamento dos jogos olímpicos no período de 1972 a 2000.¹²

¹⁰ FLOROS, Christos. **The Impact of the Athens Olympic Games on the Athens Stock Exchange.** Journal of Economic Studies, v.37, n.6, p.647-657, 2010.

¹¹ KASIMATI, Evangelia e DAWSON, Peter. **Assessing the Impact of the 2004 Olympics Games on the Greek Economy: A Small Macroeconometric Model.** Economic Modeling, n.26, p.139-146, 2009.

¹² GOLDEN GOAL SPORTS VENTURES LTDA. **Calculando o Impacto Econômico de Mega-Eventos Esportivos.** Disponível em: <http://www.goldengoal.com.br/br/downloads/Retorno_Jogos_Olimpicos.pdf>. Acesso em 07.04.2011.

Gráfico 1: Modelo de Financiamento dos Jogos Olímpicos – 1972 a 2000

Podemos observar, pela análise do gráfico, que cidades como Atlanta e Los Angeles, que apresentam um menor risco de mercado, obtiveram uma maior participação do setor privado.

Outro fator a ser ressaltado é a época em que os jogos aconteceram. As Olimpíadas mais antigas, como as de Montreal e Munique, eram cercadas por incertezas, na medida em que não se sabia ao certo quais eram os retornos que podiam ser alcançados com investimentos em grandes eventos esportivos. Assim sendo, o setor privado era afugentado pelo maior risco, tornando necessária uma participação mais contundente do setor público, no que concerne ao financiamento.

Em razão do tamanho dos projetos que são necessários para a preparação de um evento desse porte, espera-se um aumento na geração de empregos, a serem divididos em efeitos de curto e longo prazo. Os efeitos de curto prazo são sentidos no setor de construção civil, enquanto os efeitos de longo prazo podem ser percebidos em setores envolvidos com a operação das novas instalações construídas.

Contudo, vale dizer que a criação de tais empregos tem seu custo. Para as Olimpíadas de 1996, Atlanta gastou US\$ 1,58 bilhões para gerar 25.000 empregos em

tempo integral, o que significa um custo de US\$ 63.860 por emprego criado.¹³ Se considerarmos que cada novo emprego gerado adiciona US\$ 0,50 à economia local, o montante despendido é altamente questionável.¹⁴

Estudos mostram ainda que esse efeito costuma ser pequeno, o que se explica, parcialmente, pelos efeitos de substituição. Sob restrições orçamentárias, os consumidores aumentam os gastos em produtos relacionados com o evento, reduzindo simultaneamente, entretanto, despesas com outros bens, o que acarreta perdas de emprego em áreas que não apresentam correlação com o evento.

Além disso, enquanto a fase de construção de arenas e estádios apresenta efeitos na criação de empregos, no curto prazo; os empregos gerados, no longo prazo, para a operação e manutenção dessas instalações esportivas, tendem a ser de meio expediente, com baixa especialização necessária e, por conseguinte, mal remunerados.

1.3 Caso: Barcelona 1992

As Olimpíadas de Barcelona, em 1992, merecem especial atenção, tendo em vista que se tornaram um modelo de sucesso de planejamento esportivo, organizacional, econômico, social e urbano. A chave para o sucesso dos jogos de Barcelona repousa em diferentes fatores, entre eles, a força dos objetivos traçados, o consenso inter-institucional, o uso de órgãos administrativos específicos, os modelos de combinação de recursos públicos e privados, além do aproveitamento bem-sucedido do ímpeto olímpico para atração de investimentos. Nesta seção, iremos analisar os principais motivos do sucesso dessas Olimpíadas.

O Governo espanhol e a prefeitura de Barcelona estabeleceram empreendimento em conjunto, conhecido como Barcelona Holding Olímpic S.A. (HOLSA), com o objetivo de facilitar o processo de investimentos. HOLSA foi um excelente exemplo de uma parceria pública-privada, sendo responsável pela construção das principais instalações esportivas, da Vila Olímpica e de um grande volume de nova infra-estrutura rodoviária.

¹³ BAADE, Robert e MATHESON, Victor. **Bidding for the Olympics: Fools Gold?** Transatlantic Sport: The Comparative Economics of North American and European Sports, p.127-151, 2002.

¹⁴ PERSKY, Joseph, FELZENSHTAIN, Daniyel e CARLSON, Virginia. **What Are Jobs Worth?** Employment Research Newsletter, v.11, n.3, 2004.

Barcelona tinha como principal objetivo a maximização de construção de infraestrutura, que poderia ser aproveitada pela cidade após a competição. A prioridade dos trabalhos de construção por setor seguia a ordem abaixo:

- 1) Infra-estrutura rodoviária e de transportes.
- 2) Habitação, escritórios e centros comerciais.
- 3) Telecomunicação e serviços.
- 4) Hotelaria.
- 5) Instalações esportivas.
- 6) Infra-estrutura ambiental.

Ressalte-se, ainda, que os trabalhos relacionados à construção representaram 61,5% dos recursos voltados para os jogos. Isso demonstra o principal fator de sucesso das Olimpíadas de 1992: seu efeito na estrutura da cidade.

Os impactos mais profundos dos investimentos referentes a um grande evento esportivo são causados por ampliação da infra-estrutura, porquanto são sentidos no longo prazo. Outro aspecto importante foi que a construção de estádios e arenas tomou apenas 9,1% do investimento total. Essa pequena porcentagem reflete o quanto a cidade de Barcelona estava realmente interessada nos efeitos em longo prazo, e não apenas no curto. Investimento feito pelo setor privado promoveu 36,8% dos trabalhos de construção, e foi focado em habitação, hotéis e centros de negócios.¹⁵

Não obstante, as Olimpíadas requerem um alto nível de investimento público que, quando direcionado em infra-estrutura urbana, irá gerar recursos para o setor público, fazendo com que os benefícios para o Governo excedam seus custos. Até 1992, os gastos em infra-estrutura eram altíssimos, mas a renda gerada por impostos cobrados em cima de atividades relacionadas à competição também era. Após 1992, os gastos públicos foram limitados à manutenção das instalações, enquanto a renda derivada de maior capital privado e maior atividade econômica cresceu exponencialmente.

Outro efeito a ser destacado é a queda na taxa de desemprego observada no período entre 1986 e 1992. A taxa de desemprego de Barcelona caiu de 18,4% para

¹⁵ BRUNET, Ferran. **An Economic Analysis of the Barcelona'92 Olympic Games: Resources, Financing and Impact**. Bellaterra: Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport, 1995. Disponível em: <http://blues.uab.es/olympic.studies/pdf/OD006_eng.pdf>. Acesso em 08.04.2011.

9,6%, enquanto a taxa nacional foi de 20,9% para 15,5%.¹⁶ Os recursos alocados para a construção de estruturas ocasionaram um aumento no número de empregos temporários, seguido por um crescimento no número de empregos permanentes, necessários a posterior operação da infra-estrutura construída.

Por último, pôde-se observar um grande crescimento no mercado imobiliário, devido à crescente atratividade de Barcelona, à falta de terras disponíveis, ao aumento nos custos de construção e a maior renda familiar. Os preços de mercado de novas e antigas habitações cresceram, respectivamente, 240% e 287%.¹⁷ Esse impacto é ambíguo, visto que, apesar de impulsionar a atividade do setor imobiliário, que estava praticamente morto naquela época em Barcelona, estimula a especulação imobiliária.

O estudo do caso de Barcelona será muito útil para o prosseguimento do trabalho, haja vista que aponta algumas decisões que uma cidade ou país que queira deixar um legado positivo para seus habitantes, deve tomar, tais como, dar prioridade à transformação urbana, ao uso de parcerias público-privadas, com diferentes esferas do Governo entrando em consenso na administração dos recursos. Em função de todos os fatores assinalados até aqui, a Olimpíada de Barcelona em 1992 é considerada a hipótese de maior êxito, quanto à realização de um mega-evento esportivo.

¹⁶ BRUNET, Ferran. **The Economic Impacts of the Olympic Games**. The Centennial President. Lausanne: International Olympic Committee, p.1-10, 1997.

¹⁷ BRUNET, Ferran. **An Economic Analysis of the Barcelona'92 Olympic Games: Resources, Financing and Impact**. Bellaterra: Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport, 1995. Disponível em: <http://blues.uab.es/olympic.studies/pdf/OD006_eng.pdf>. Acesso em 08.04.2011.

2. ECONOMIA BRASILEIRA E POSSÍVEIS IMPACTOS

2.1 O Governo e a Copa

É grande a expectativa gerada no país, potencializada pelo fato do Brasil nunca ter sediado um evento esportivo desse porte. Isso porque, apesar da Copa de 1950 ter sido realizada no Brasil, não pode ser considerada de mesma grandeza que a futura, vez que o nível de investimento, a exposição na mídia, o marketing relacionado, dentre outros aspectos, são irrisórios quando comparados com as últimas Copas.

A atuação do Estado na economia tem provocado certo debate no Brasil e este é aflorado quando a ocorrência de um evento da grandeza da Copa do Mundo é iminente. São três as principais justificativas para a intervenção do Governo na economia:

- 1) direitos de propriedade e execução de contratos: é necessária a presença do Governo para definir direitos de propriedade e garantir a execução dos contratos;
- 2) falhas de mercado: o Governo deve atuar com a intenção de amenizar os problemas causados por essas falhas; e
- 3) redistribuição de renda e bens de mérito: mesmo a economia sendo eficiente no sentido de Pareto (não é possível melhorar a situação de um agente sem piorar a do outro), ela pode gerar alta desigualdade na distribuição de renda. Além disso, temos bens, como o uso de cinto de segurança, que são considerados bens de mérito, ou seja, mesmo os indivíduos tendo total informação sobre eles, decidem não fazer uso. Então, o Estado intervém para garantir uma distribuição de renda mais igual e o uso dos bens de mérito.

Como estamos examinando a atuação do Estado na realização da Copa do Mundo, devemos prestar especial atenção ao segundo item, isto é, aos problemas decorrentes de falhas de mercado.

Existem seis importantes condições sob as quais os mercados não são pareto-eficientes. São elas: competição imperfeita, bens públicos, externalidades, mercados complementares, informação imperfeita e distúrbios macroeconômicos (desemprego).

Os bens públicos e as externalidades desempenham papel a ser destacado na realização de um mega-evento. A externalidade ocorre quando o consumo de um bem ou serviço por uma pessoa, ou a produção de uma empresa, afeta diretamente o bem-estar de outra pessoa ou empresa que não é parte na transação.

Um exemplo de externalidade positiva causada pela Copa do Mundo é o aumento no investimento em infra-estrutura urbana, que tem características típicas de um bem público, pois são não rivais e não excludentes. A provisão de tais bens gera fortes externalidades, já que a sociedade usufrui as melhorias causadas por eles sem ter nenhuma participação direta no seu fornecimento.

Bens públicos, como infra-estrutura de transportes, não podem ter provisão privada, uma vez que o mercado não terá interesse em oferecê-los e, mesmo que tenha, irá ofertar em quantidade insuficiente. No entanto, há fortes argumentos para a gestão ser privada, mas com co-financiamento do setor público, formando as parcerias público-privadas (PPPs).

As referidas parcerias congregam a habilidade de investir, de atrair capital e a aptidão gerencial da iniciativa privada, com a defesa do interesse público e parte dos recursos do setor governamental. Apesar disso, não se firmaram como modalidade de financiamento predominante para a Copa de 2014.

Como veremos mais adiante, quando forem apresentados os valores estimados que serão investidos no Brasil, quase a totalidade dos investimentos será financiada por órgãos e esferas públicas. O governo federal contrapõe que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) terá como fonte de grande parte dos recursos as captações no mercado e as captações através de Depósitos Interfinanceiros. Ao avaliarmos a composição do funding do BNDES, utilizando os relatórios administrativos dos últimos anos, podemos notar que essas fontes giram em torno de apenas 10% dos recursos totais.

2.2 Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento

A Copa do Mundo é, na maioria das vezes, disputada em países desenvolvidos. Contudo, percebe-se que, atualmente, um número maior de países emergentes tem se

proposto a sediar esse evento, como foi o caso da África do Sul e como será o caso do Brasil.

A experiência de sediar uma Copa do Mundo tem diferenças marcantes entre os casos de países desenvolvidos e países em desenvolvimento. No caso dos primeiros, o orçamento pode, inclusive, se revelar menor, uma vez que boa parte da infra-estrutura requerida já está pronta. Além disso, o objetivo de tal empreitada pode ser, simplesmente, o sucesso do evento e a possibilidade de congratulação para o país e seus habitantes.

Já nas economias de países em desenvolvimento, além do orçamento de investimentos ter que dar conta de obras que em outros países já foram feitas, o sacrifício envolvido é proporcionalmente maior. Por exemplo, a economia norte-americana apresentou, em 2010, um PIB de US\$ 14,72 trilhões e um PIB *per capita* de US\$ 47.400, enquanto a brasileira teve um PIB – pelo câmbio médio do ano – de US\$ 2,08 trilhões e um PIB *per capita* de US\$ 10.814.¹⁸ Então, uma despesa de US\$ 10 bilhões não tem o mesmo peso relativo no Brasil e nos Estados Unidos, isto é, o custo de capital é mais alto para os países emergentes.

Outro fator a ser avaliado diz respeito à viabilidade de se considerar a construção e reforma de estádios e arenas como bons investimentos públicos. Entretenimento esportivo é considerado um bem de luxo, fazendo com que países desenvolvidos tendam a atrair um número maior de espectadores.

No entanto, residentes de países em desenvolvimento são mais relutantes em pagar preços maiores pelos ingressos, o que seria necessário para a manutenção das estruturas levantadas. Contudo, o fato da renda média do trabalhador brasileiro ser consideravelmente menor do que a dos países desenvolvidos não representa apenas condições negativas. Os salários relativamente mais baixos possibilitam uma redução nos custos operacionais e de construção.

A motivação para realizar um mega-evento também é diferente, já que a Copa tem um grande potencial de transformação, visto que sediar um evento desta grandeza pode servir de catalisador para a construção de modernos sistemas de transporte, comunicação, entre outros, que geralmente beneficiam as áreas menos desenvolvidas.

¹⁸ U.S. Census Bureau (2010) e IBGE (2010).

Além disso, a vitória da candidatura do Brasil, para país-sede, foi tratada como exemplo da consolidação da imagem do Brasil no exterior e como motivo de orgulho para todos os cidadãos brasileiros. Outros exemplos de benefícios intangíveis também precisam ser levados em consideração, como o maior aproveitamento do potencial turístico do país, a melhoria da qualidade de serviços, a maior exposição de produtos e serviços, sobretudo daqueles nos quais o Brasil tenha vantagens comparativas.

2.3 Possíveis Impactos Positivos

Atualmente, a Copa do Mundo é utilizada como uma ferramenta econômica em diferentes níveis. Funciona como alicerce econômico da FIFA, além de ser um “abridor de portas” para esta e seus patrocinadores. Também é uma oportunidade para jogadores de futebol conseguirem maior exposição na mídia e, conseqüentemente, melhores contratos. Além dessas utilidades, ela é, sobretudo, tida como um meio de desenvolvimento econômico para o país-sede, através de investimentos, especialmente, em infra-estrutura urbana.

Os investimentos em infra-estrutura associados à Copa do Mundo são de dois tipos. Temos aqueles que são intrinsecamente ligados ao evento e que ocasionam o crescimento da renda, a ampliação do turismo internacional e outros tantos benefícios intangíveis de melhoria de imagem externa. São rotulados como casos de antecipação de modernidade, e incluem a ampliação da rede hoteleira, o salto das telecomunicações e a construção de arenas esportivas de última geração.

Outro tipo de investimentos é representado pelo esforço do que se poderia classificar como recuperação de atraso. Envolve investimentos que já deveriam ter sido executados e possui um poder de transformação maior do que o anteriormente mencionado. Tratam-se de obras na construção ou melhoria de aeroportos e portos, investimentos em mobilidade urbana e, em alguns casos, sistemas de inteligência ligados à segurança.

Tais investimentos acarretam uma diminuição do déficit de infra-estrutura e avanço em termos de eficiência econômica, implicando um legado fundamental para as perspectivas posteriores de crescimento do país.

Por todas essas características, é recomendável que um país que queira aproveitar um grande evento esportivo para deixar um legado positivo, concentre suas despesas nesse segundo tipo. Pode-se, entretanto, contra-argumentar que seria mais eficiente a elaboração de um planejamento meticuloso, mas a verdade é que, sem o elemento catalisador que a Copa representa, seria pouco provável que o Brasil realizasse esses investimentos, ainda mais nesse intervalo de tempo.

Diversas podem ser as conquistas do Brasil com a Copa. Em suma, podemos dividir em benefícios tangíveis e intangíveis. Como exemplos de benefícios tangíveis, podemos citar:

- diminuição do déficit de infra-estrutura e renovação dos aparelhos urbanos, produzindo ganho de produtividade;
- crescimento de turismo doméstico e internacional;
- geração de empregos e renda;
- incremento no consumo, impulsionando diferentes setores; e
- aumento na arrecadação tributária.

E de benefícios intangíveis, temos:

- fortalecimento da imagem do Brasil no exterior;
- salto de qualidade em serviços;
- aprimoramento dos controles da gestão pública;
- aumento na auto-estima da população – efeito feel-good;
- ampliação da integração entre as regiões do país.

Os benefícios serão frutos de impactos diretos, indiretos e induzidos. Efeitos como aumento na produção, renda, geração de empregos e arrecadação tributária são considerados impactos diretos do investimento feito para a Copa do Mundo.

O caminho percorrido por esses impactos pode ser explicado com o seguinte exemplo: a construção de um estádio impulsiona o setor de construção civil, de maneira que será necessária a ampliação do quadro de funcionários, seguida por um incremento na produção e na distribuição da receita, advinda desse aumento, entre funcionários e

acionistas. O crescimento da atividade econômica acarreta num aumento da arrecadação tributária.

Os benefícios dos investimentos no evento vão além dos impactos descritos acima, por causa do caráter interligado da economia. Um crescimento na produção no setor de construção civil requererá um consumo maior de insumos de outros setores, como novas máquinas. O setor responsável pela produção das máquinas demandará também um aumento no consumo dos insumos necessários para este setor, como energia elétrica.

Como a atividade econômica cresce em diferentes setores, ocorre um acréscimo na geração de empregos, que, por sua vez, ocasionará um aumento na remuneração dos trabalhadores, e, por conseguinte, esta será revertida em um incremento no consumo. Esse efeito dominó é identificado como impactos indiretos e induzidos.

Os benefícios intangíveis são alcançados por diversos canais. Neste sentido, podem citar a visibilidade internacional atrelada ao evento, que abre a possibilidade de o Brasil fortalecer a imagem de país receptivo, além de adicionar novas características à figura brasileira, como competência e organização.

Ademais, a melhoria da qualidade de serviços se dá através do avanço tecnológico que será necessário para o evento, como o desenvolvimento de tecnologias modernas de transporte, e do investimento em capital humano, como o treinamento com o objetivo de capacitar profissionais a receberem turistas.

O efeito feel-good está diretamente relacionado ao sucesso do evento. O orgulho de ser brasileiro crescerá, caso o Brasil seja bem sucedido na realização da Copa, pois dará ao povo a sensação de ser capaz de realizar grandes eventos.

2.4 Possíveis Impactos Negativos

O impacto dos benefícios da realização da Copa do Mundo sobre a economia brasileira é amplamente divulgado pela mídia. Ocorre que, muitas vezes, omitido e de igual importância no cenário econômico, o impacto dos custos de um evento como esse também precisa ser debatido.

Altos investimentos em infra-estrutura serão necessários e a fonte de financiamento requerido para efetivação dos mesmos é algo que preocupa. O financiamento dos investimentos demandados pelo evento, com recursos públicos, pode originar diminuição de outras despesas ou elevação da dívida pública.

O levantamento de recursos públicos para a realização de um evento esportivo, através da diminuição de gastos em outros setores, traz consigo a discussão sobre custos de oportunidade. O financiamento dos mega-eventos com recursos públicos promove um retorno mais eficiente quando comparado com os retornos de outras formas de investimento, como, por exemplo, no sistema de saúde, na educação ou na exportação de commodities agrícolas?

Um estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em fevereiro de 2011,¹⁹ mostra os multiplicadores decorrentes de um aumento de 1% do PIB segundo tipo de gasto. A tabela, a seguir, resume os efeitos de diferentes tipos de gastos sociais sobre o PIB e renda das famílias.

Tabela 1: Efeitos Multiplicadores dos Gastos Sociais

Tipo de Gasto/Demanda	Multiplicador do PIB (%)	Multiplicador da Renda das Famílias (%)
Demanda Agregada (investimento, exportações e gasto do governo)	1,57	1,17
Educação e Saúde	1,78	1,56
Educação	1,85	1,67
Saúde	1,70	1,44
Investimento no Setor de Construção Civil	1,54	1,14
Exportações de Commodities Agrícolas e Extrativas	1,40	1,04
Programa Bolsa Família	1,44	2,25
Benefício de Prestação Continuada	1,38	2,20
Regime Geral da Previdência Social	1,23	2,10
Juros sobre a Dívida Pública	0,71	1,34

¹⁹ IPEA. **Gastos com a Política Social: Alavanca para o Crescimento com Distribuição de Renda.** Comunicados do Ipea, n.75, 2011.

O efeito multiplicador é fruto da recirculação do dinheiro na economia, por meio dos impactos induzidos do impulso inicial, ou seja, investimento em um setor gera mais empregos, aumentando o consumo e também o recolhimento de tributos pelo Governo, propiciando a este uma maior receita e também mais despesas, assim recirculando o dinheiro inicialmente investido.

Como podemos ver, investimentos em educação têm o maior impacto na geração do PIB, pois para cada R\$ 1,00 gasto em educação, o PIB aumenta em R\$ 1,85, enquanto os investimentos em programas de transferência de renda têm o maior impacto na renda das famílias, por exemplo: cada R\$ 1,00 no Bolsa Família eleva a renda das famílias em R\$ 2,25. O pagamento de juros sobre a dívida pública é o único gasto que tem maiores custos que benefícios, em termos de geração de PIB.

Todos os gastos expostos na tabela têm sua importância para a economia brasileira: a) o investimento público fornece renovação de capacidade ociosa; b) as transferências de renda feitas por programas do Governo promovem maior bem estar social, além de melhorar a distribuição de renda; e c) as exportações geram uma melhora na balança comercial, e conseqüentemente um aumento de reservas internacionais, sendo importante para reduzir o impacto de crises internacionais e possíveis ataques financeiros especulativos.

Por isso, o objetivo, ao discutir os custos de oportunidade, não é apontar qual é o setor que devemos investir, com base em seus efeitos multiplicadores, e sim, mostrar a importância dos gastos que serão preteridos, parcialmente, a gastos relacionados à Copa do Mundo.

Com o uso predominante de recursos públicos no financiamento de projetos para o evento, devemos analisar, além dos custos de oportunidade, a possibilidade de elevação da dívida pública, a despeito do aumento no recolhimento de tributos em razão da Copa, visto que as despesas do Governo relacionadas ao evento excederiam suas receitas.

O surgimento de um déficit primário produz pressões inflacionárias, haja vista que, normalmente, um déficit público é acompanhado por um aumento no nível de atividade, e, assim, um aumento na demanda agregada, o que, ao final, causa uma pressão ascendente na taxa de inflação.

Em um sistema de metas de inflação, como o brasileiro, o Banco Central monitora as expectativas de inflação dos agentes e determina a taxa de juros nominal básica, visando ao cumprimento da meta. Ocorrendo uma deterioração do cenário prospectivo para a inflação, o Banco Central estabelece uma taxa de juros mais alta para manter a taxa de inflação dentro de sua trajetória.

A elevação da taxa de juros repercute na taxa de inflação por meio da redução do nível de atividade e da apreciação cambial. Este aumento dos juros tornaria a obtenção do crédito mais cara e, conseqüentemente, afetaria não só investimentos já estabelecidos na economia, como também afastaria possíveis execuções de novos projetos. Há, inclusive, efeito sobre o consumo, já que o custo de oportunidade da moeda aumentaria e o preço dos ativos cairia, gerando um efeito-renda negativo sobre os consumidores.

A apreciação cambial se daria através de uma maior atratividade de títulos nacionais, por apresentar uma taxa de juros consideravelmente mais alta que em outros países. No caso específico da Copa, a apreciação cambial também é ocasionada pela elevação de produtos importados, que são necessários para o evento, mas que não são produzidos internamente.

O crescimento da taxa de juros gera elevação no custo da dívida indexada a taxa de juros Selic, que é a taxa básica utilizada como referência pela política monetária brasileira. Para compreendermos melhor o peso da taxa de juros sobre a dívida pública, devemos olhar a composição do estoque da dívida pública federal. Segue tabela disponibilizada pelo Tesouro Nacional.²⁰

Tabela 2: Composição do Estoque da Dívida Pública Federal

Indicadores	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	PAF-2010	
					Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R\$ bi)	1.333,8	1.397,3	1.497,4	1.694,0	1.600,0	1.730,0
Composição do Estoque da DPF						
Prefixado (%)	35,1	29,9	32,2	36,6	31,0	37,0
Índice de Preços (%)	24,1	26,6	26,7	26,6	24,0	28,0
Selic (%)	30,7	32,4	33,4	30,8	30,0	34,0

²⁰ TESOURO NACIONAL. Relatório Anual da Dívida Pública 2010 – Plano Anual de Financiamento 2011.

Indicadores	dez./07	dez./08	dez./09	dez./10	PAF-2010	
					Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R\$ bi)	1.333,8	1.397,3	1.497,4	1.694,0	1.600,0	1.730,0
Composição do Estoque da DPF						
Câmbio (%)	8,2	9,7	6,6	5,1	5,0	8,0
TR e outros (%)	1,9	1,4	1,1	0,8	0,0	1,0
Estrutura de Vencimentos						
Prazo Médio (anos)	3,3	3,5	3,5	3,5	3,4	3,7
% vincendo em 12 meses	28,2	25,4	23,6	23,9	24,0	28,0

De acordo com a tabela, aproximadamente 1/3 da dívida pública federal é indexada à taxa de juros Selic, de modo que um aumento de apenas 1% da taxa de juros básica poderia causar um aumento significativo da dívida pública. Além de a dívida crescer através do acréscimo em despesas, ela aumentaria também via aumento da taxa de juros.

Apesar do incremento no PIB inicialmente movido pela Copa do Mundo contribuir para reduzir a relação dívida/PIB, esse efeito seria dominado, ou essa relação seria até piorada, pela elevação na taxa de juros e uma posterior redução do produto, via diminuição de investimentos e até de consumo, como vimos anteriormente.

Além da dívida pública que pode ser potencialmente aumentada, a falta de planejamento pode ocasionar a subutilização das instalações esportivas construídas e um alto custo de manutenção.

Todavia, existem algumas formas de evitar esse possível impacto negativo oriundo da Copa. Primeiramente, a participação ativa do setor privado, nos investimentos para a execução dos projetos, se faz necessária quando um legado de longo prazo é objetivado, para a maximização do efeito multiplicador dos investimentos realizados.

O sucesso, em longo prazo, passa pelo conceito de arenas multiuso, isto é, o estádio deve possuir atividades para todos os dias da semana, seja através de escritórios, lojas ou consultórios, dentre outros empreendimentos que devem ser presentes em uma arena desse tipo.

O ponto principal para a obtenção de maior participação do setor privado é evidenciar que a estimativa dos recursos necessários faz parte de um plano de negócios, que seja capaz de corroborar os retornos sobre os investimentos a serem realizados.

Segundo análise de mercado, um estádio de futebol no Brasil, com despesa para construção de R\$ 500 milhões e 50 mil lugares, deve originar um fluxo de caixa líquido de pelo menos R\$10 milhões anuais, sendo o ideal entre R\$18 e R\$25 milhões anuais, desde o início da sua fase de operação.²¹ Sob este prisma, investimentos em arenas e estádios dependem diretamente da acomodação da oferta à realidade da demanda a ser obtida pelas instalações construídas.

Insta perceber, porém, que essa meta é inviável para boa parte dos projetos, vez que, por razões meramente políticas, algumas construções serão realizadas em mercados com baixo desenvolvimento do futebol, como nos estados do Amazonas, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Distrito Federal, entre outros.

A impossibilidade de atingir a meta inibe a entrada de investidores privados. O modelo que o Brasil apresenta até o momento (veremos mais especificamente no próximo capítulo), com o setor público sendo quase que a única origem de recursos, potencializa a probabilidade de subutilização dos estádios e o ônus de manutenção. Os orçamentos previstos deveriam ser revistos, para que possa atrair a participação de empresas privadas e envolver diversos setores como varejo, turismo e imobiliário.

²¹ CROWE HORWATH RCS. **Gestão do Ativo Estádio – Viabilidade Econômica-Financeira de Estádios e Arenas para a Copa de 2014**. 2010.

3. ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS DA COPA DO MUNDO DE 2014

3.1 Metodologia

Estudos de natureza *ex ante* têm como objetivo prever os impactos econômicos resultantes do evento em questão, buscando quantificar os custos e benefícios associados, para, dessa forma, chegar a uma avaliação geral do saldo. Através da pesquisa bibliográfica feita para este trabalho monográfico, podemos perceber que estudos que tentam quantificar os impactos de mega-eventos esportivos fazem uso de dois métodos principais: modelo de insumo-produto e modelo de equilíbrio geral computável.

O modelo de insumo-produto foi o primeiro a ser utilizado em estudos desse tipo. Essa técnica investiga cada transação ocorrida como resultado do evento e permite um efeito dominó do gasto original. O procedimento segue o conceito de que cada produto ou serviço é composto por insumos de outras indústrias, que fornecem bens e serviços necessários para a produção do primeiro, o que significa que cada produto ou serviço também serve de insumo para outras indústrias.

O benefício econômico total é montante líquido dessas interações. Contudo, esse modelo sofre de uma série de limitações, tais como: retornos constantes de escala, oferta perfeitamente elástica, preços rígidos e incapacidade de contabilizar escassez de recursos.²²

O modelo de equilíbrio geral computável vem sendo empregado em estudos mais recentes, haja vista que esse método acaba com as limitações do modelo anterior, permitindo uma previsão mais detalhada e precisa. Esse procedimento é capaz de projetar choques de mudança nos preços relativos, explicitar elasticidades de substituição imperfeitas, entre outras vantagens. O princípio desse método econométrico é produzir um modelo intersetorial e geográfico que descreve diversas relações entre diferentes localidades e indústrias dentro de um ambiente macro-econômico.²³

²² GUILHOTO, Joaquim J.M. e SESSO FILHO, Umberto A **Estimação da Matriz Insumo-Produto a Partir de Dados Preliminares das Contas Nacionais**. Economia Aplicada, v.9, n.2, 2005.

²³ FARIA, Weslem e MAGALHÃES, Aline. **Avaliação dos Impactos Regionais do Projeto da Rodovia BR-101: Uma Análise de Equilíbrio Geral Computável**. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Regionais e Urbanos, 2008.

No entanto, estudos que tentam quantificar os impactos do evento, antes mesmo de sua realização, tendem a ser exageradamente otimistas e superestimar seus benefícios, além de não contabilizarem os benefícios intangíveis. Mesmo que sejam feitos cuidadosamente, ambos modelos sofrem de três principais deficiências teóricas: efeitos de substituição, crowding-out e vazamentos.

Efeitos de substituição ocorrem quando dinheiro que seria gasto em outros setores da economia é gasto no evento. Os consumidores e o Governo possuem restrições orçamentárias, fazendo com que gastos com bens e serviços não-relacionados com o evento sejam preteridos aos que possuem relação. São efeitos de difícil mensuração, pois envolvem custos de oportunidade, além de ser difícil diferenciar o que é gasto adicional derivado do evento e gasto que seria feito independente do evento.

O efeito crowding-out consiste no deslocamento de turistas habituais que são dissuadidos de visitar o local durante a realização do evento. Os fatores que influem para a efetivação desse efeito normalmente são: o aumento de preços em serviços relacionados ao evento e o congestionamento da cidade, com a piora de serviços como hotelaria e transportes. Não é possível a mensuração do peso do crowding-out na previsão do fluxo turístico para o evento.

Em última análise, ainda existe a possibilidade de as receitas geradas por realizar um mega-evento esportivo não sejam completamente restituídas à sociedade local, em razão de vazamentos que são provenientes da maior incidência de fornecedores e patrocinadores estrangeiros necessários para o evento. Destarte, as relações intersetoriais estabelecidas pelos modelos mencionados são alteradas, sendo que esses não são capazes de prever tal alteração. O resultado dessa deficiência é o uso de multiplicadores imprecisos, superestimando os impactos indiretos dos investimentos iniciais.

Além dos problemas teóricos apresentados, os modelos usados para fazer uma previsão quantificando os impactos da Copa do Mundo são de complexa e dispendiosa elaboração. Por todas as razões expostas, é recomendável que estudos *ex ante* foquem em uma análise qualitativa dos impactos originados pelo evento, mesmo quando tentam quantificá-los.

A proposta desse trabalho, para analisar os impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014, será a de listar os compromissos formalizados para investimentos

disponibilizados pela Controladoria-Geral da União, destacando as formas de financiamentos e os destinos dos investimentos, no intuito de fazer uma análise qualitativa dos impactos, considerados todos os aspectos assinalados em capítulos anteriores, tornando viável o vislumbre das características, dos acertos e das falhas do modelo adotado pelo Brasil.²⁴

3.2 Investimentos e Impactos da Copa de 2014

A realização de um mega-evento esportivo como a Copa do Mundo de 2014 traz consigo a necessidade de vultuosos investimentos em infra-estrutura civil, como mobilidade urbana, estádios, aeroportos e portos. Não obstante, os benefícios e fardos desses investimentos diferem entre setores e formas de financiamento. Portanto, é necessário, primeiramente, que se faça o estudo individualizado dos modelos de investimento de cada setor, para depois fazermos uma análise geral do quadro de investimentos para a Copa.

Começaremos com a análise dos investimentos feitos em estádios. Construções e reformas de estádios são considerados o único tipo de investimento que é rigorosamente fundamental à realização da Copa do Mundo. Para a maximização dos retornos possíveis associados a esse tipo de gasto, o Brasil deveria atentar à forma de financiamento, aos locais para construção e ao montante a ser investido. A tabela abaixo foi elaborada com os dados disponibilizados pela Controladoria-Geral da União, e nos auxiliará nesse exame.

Tabela 3: Investimentos em Estádios e Entornos

Estado	Governo Federal		Governo Estadual	Governo Municipal	Privado	TOTAL
	Caixa	BNDES				
AM		375,00	140,00			515,00
BA		400,00	191,20			591,20
CE		400,00	223,00			623,00
DF		400,00	345,30			745,30
MG		300,00	126,10			426,10

²⁴ CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Matriz de Responsabilidades**. Disponível em: <<http://www.portalttransparencia.gov.br/copa2014/>>. Acesso em 30.03.2011.

Estado	Governo Federal		Governo Estadual	Governo Municipal	Privado	TOTAL
	Caixa	BNDES				
MT		330,00	124,20			454,20
PE		397,10	132,40			529,50
PR		25,00		46,60	113,00	184,60
RJ		400,00	200,00			600,00
RN		250,50	99,50			350,00
SP		400,00	32,50	32,50	90,00	555,00
RS					130,00	130,00
TOTAL	0,00	3.677,60	1.614,20	79,10	333,00	5.703,90
Proporção dos gastos	0,00%	64,48%	28,30%	1,39%	5,84%	100,00%

Valores em R\$ milhões

Pela leitura atenta da tabela, conclui-se que o Brasil terá um total de R\$ 5,7 bilhões em investimentos em estádios e seus entornos. Comparando com países que já realizaram mega-eventos esportivos, veremos que essa quantia se aproxima da média.

Nada obstante, a mencionada quantia pode ser encarada como exagerada pelo fato de o Brasil possuir estádios de futebol em abundância. No entanto, cumpre atentar ao fato de que tratam-se de estruturas antigas e que demandam consideráveis gastos com modernização. Além disso, a quantidade de cidades-sede, doze no total, contribui para a elevação dessa quantia.

É imperioso mencionar que, verdadeiramente preocupante nesse quadro, é a altíssima participação do setor público na provisão de recursos para a construção e reforma de estádios. Apenas 5,84% dos investimentos serão feitos pelo setor privado, o que indica a falta de um plano de negócios capaz de incentivar a participação privada.

O Governo baseia sua argumentação de defesa desse alto nível de investimentos em três promessas. A primeira é a revitalização de áreas degradadas permitida por projetos envolvendo construção de estádios. Sustenta, também, que a construção de ativos modernos é capaz de gerar um efeito indutor positivo, através de inovações tecnológicas, em outros setores, como arquitetura, equipamentos de segurança e dispositivos eletrônicos. Essas duas promessas são realmente realizáveis, e até prováveis, como resultados da Copa de 2014.

Por último, o Governo aduz que gastos em estádios impulsionam a atividade econômica, por meio de comercialização de lugares VIP e camarotes, novos escritórios, *namings rights*. Esse último argumento é fundamentado na implementação do conceito

de arena multiuso no Brasil. Existem, porém, vários empecilhos que nos fazem acreditar que não será possível efetivá-lo, por exemplo, baixa participação do setor privado até o momento, amadorismo característico da administração dos clubes brasileiros, barreiras ao aumento na receita proveniente da bilheteria por questões culturais e econômicas (como a inviabilidade do torcedor brasileiro pagar ingressos no nível de preços que seria necessário), construção de estádios em locais reconhecidamente com baixo desenvolvimento do mercado do futebol.

Conclui-se, assim, que o ideal era que o Brasil tivesse revisto os orçamentos dos projetos para construção de estádios, principalmente aqueles nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Pernambuco e Rio Grande do Norte, pela alta probabilidade de serem incapazes de atingir as metas necessárias de retornos previstas - ou até mesmo o corte de algumas dessas localidades.²⁵

Todavia, os projetos já estão em andamento, devendo, pois, ser considerada tardia qualquer alteração no planejamento com a intenção de atrair o setor privado, até mesmo em função da proibição da FIFA, órgão responsável pelo evento, quanto à realização de mudanças bruscas na condução do processo, como seria o caso da diminuição de cidades-sedes.

As conseqüências dessa gestão de investimentos serão: a subutilização da maioria dos estádios construídos, o alto coeficiente de gastos públicos, não só na construção de estádios, como também em sua operação, acarretando a deterioração da conta pública.

Outro tipo de investimento em infra-estrutura civil é o feito em aeroportos e portos, sendo de vital importância para a realização da Copa, visto que as demandas por vôos e turismo marítimo devem aumentar durante o evento.

Os investimentos em portos consistem em construção, reforma e ampliação de terminais, assim como em obras de melhoria das vias de acesso. O investimento em infra-estrutura portuária é importante também para a acomodação dos turistas durante o evento, uma vez que os transatlânticos serão uma opção de hospedagem, para que não haja uma expansão excessiva do setor hoteleiro, pois o fluxo turístico não se manterá no nível do período em que ocorre o evento.

²⁵ CROWE HORWATH RCS. **Gestão do Ativo Estádio – Viabilidade Econômica-Financeira de Estádios e Arenas para a Copa de 2014**. 2010.

Os investimentos em aeroportos serão para construção e reforma de terminais, construção de novas torres de controle, construção de edificações e estacionamentos, entre outros gastos. A tabela a seguir mostra o nível de gastos previstos com aeroportos e portos em cada estado.

Tabela 4: Investimentos em Aeroportos e Portos

Estado	Orçamento Geral da União	
	Infraero	Portos
AM	327,40	89,40
BA	45,10	36,00
CE	279,50	105,90
DF	748,40	0,00
MG	408,60	0,00
MT	87,50	0,00
PE	19,80	21,80
PR	72,80	0,00
RJ	687,30	314,00
RN	168,90	53,70
SP	1.961,40	119,90
RS	345,80	0,00
TOTAL	5.152,50	740,70

Valores em R\$ milhões

O modelo apresentado até o momento possui o Governo como única fonte de recursos para investimentos em aeroportos e portos. O Orçamento Geral da União repassará as quantias para a administração da Infraero e da Secretaria de Portos da Presidência da República.

O modelo centralizado na Infraero, entretanto, tem se mostrado ineficiente na adoção de medidas com a agilidade necessária para atender ao crescimento da demanda nos últimos anos. O Ipea realizou um estudo no qual demonstrou que nove aeroportos não devem ficar prontos com o atual modelo de gestão.²⁶ Caso essa previsão se concretize, é possível que haja sérios danos à imagem do país no exterior, atribuindo falta de organização e incompetência como características do Brasil.

Passemos, agora, à análise dos gastos em mobilidade urbana, como investimentos que são, capazes de deixar o legado mais relevante para a sociedade. O cenário de mobilidade urbana brasileiro, principalmente nas metrópoles, é seriamente deficiente.

²⁶ IPEA. **Aeroportos no Brasil: Investimentos Recentes, Perspectivas e Preocupações**. Nota Técnica, n.5, abril de 2011.

Devido a este cenário, as grandes cidades apresentam estatísticas de congestionamentos crescentes, baixa adesão ao uso de transporte público e baixa qualidade de vias urbanas. Portanto, investimentos em mobilidade urbana são de extrema importância para a realização do evento, porquanto os times e os visitantes demandarão esses serviços, além do contingente já existente.

Apesar disso, os impactos mais importantes desses gastos não ocorrem no curto prazo ou são somente sentidos durante o evento. Tais investimentos acarretam uma diminuição do déficit de infra-estrutura e renovação dos aparelhos urbanos, produzindo significativos ganhos de produtividade em diversos setores da economia, trazendo benefícios também ao longo prazo. Os gastos em mobilidade urbana estão organizados na tabela seguinte.

Tabela 5: Investimentos em Mobilidade Urbana

Estado	Governo Federal		Governo Estadual	Governo Municipal	TOTAL
	Caixa	BNDES			
AM	800,00		706,90	30,00	1.536,90
BA	541,80		18,60	7,30	567,70
CE	414,40		97,30	50,30	562,00
DF	361,00		3,00		364,00
MG	1.023,30			498,70	1.522,00
MT	454,70		26,50		481,20
PE	589,00	59,00	40,80	23,30	712,10
PR	438,60			5,40	444,00
RJ		1.190,00		420,00	1.610,00
RN	361,00		19,70	30,40	411,10
SP	1.082,00		1.476,00	302,00	2.860,00
RS	484,30			40,50	524,80
TOTAL	6.550,10	1.249,00	2.388,80	1.407,90	11.595,80
Proporção dos gastos	56,49%	10,77%	20,60%	12,14%	100,00%

Valores em R\$ milhões

Os investimentos em mobilidade urbana estão previstos para serem aproximadamente R\$ 11,6 bilhões, valor considerado alto, principalmente quando comparado com outros países.

Os mencionados investimentos são de longa maturação e demandam um planejamento cuidadoso, mas a obrigação de atender aos prazos fixados pela FIFA pode resultar em projetos que não trarão o melhor benefício para a sociedade. Apesar disso, é

uma grande oportunidade para o país promover uma transformação urbana espetacular, e a verdade é que sem o elemento catalisador que a Copa representa, seria pouco provável que o Brasil realizasse esses investimentos.

Ademais, o efeito positivo no PIB no longo prazo refletirá nos ganhos de produtividade, associados à redução de custos para empresas e famílias e ao avanço em eficiência econômica, causados por melhorias da infra-estrutura urbana. Dessarte, gastos relativamente altos em mobilidade urbana são o principal acerto do Brasil na preparação para a Copa.

Depois da análise individualizada de cada tipo de investimento, podemos examinar com mais clareza o quadro geral de investimentos em infra-estrutura civil para a Copa.

O total de gastos com infra-estrutura civil é aproximadamente R\$ 23,2 bilhões. Desse montante, 24,59% vão para construção e reforma de estádios, e 75,41% para obras em aeroportos, portos e mobilidade urbana. Caso houvesse uma maior participação do setor privado – principalmente nos investimentos em estádios, nos quais realmente há amplo espaço para sua participação – a parcela de gastos para infra-estrutura das cidades poderia ser maior, visto que o dinheiro público atualmente usado para instalações esportivas seria transferido para aquelas.

Analisando a origem dos recursos dos investimentos ora listados, podemos notar que 98,56% do dinheiro necessário para a realização da Copa virão dos cofres públicos. Os 1,44% restantes, vindos do setor privado, serão todos investidos em estádios. Dos investimentos em infra-estrutura civil, 6,41% serão disponibilizados por governos municipais, 17,26% por governos estaduais e 74,89% pelo governo federal, deste sendo 28,24% pela Caixa Econômica Federal, 21,24% pelo BNDES e 25,41% pelo Orçamento Geral da União. Os montantes disponibilizados pela Caixa e BNDES serão em forma de empréstimos aos governos estaduais e municipais com longo prazo para amortização.

Além dos investimentos em infra-estrutura civil, um evento como a Copa do Mundo requer investimentos em infra-estrutura de serviços. Ocorre que esses gastos são habitualmente feitos em um momento mais próximo ao da ocorrência do evento, conseqüentemente, não existem ainda disponíveis dados formalizados, como os que apresentamos até agora, sendo ilógico discorrer muito sobre eles.

Existem, entretanto, estimativas de mercado para as demais áreas de intervenção, que prevêem: R\$ 3,8 bilhões em telecomunicações, TI e energia, R\$ 3,6 bilhões em segurança, R\$ 1,9 bilhões em hotelaria, R\$ 1 bilhão em saúde, dando um total de R\$ 33,5 bilhões em investimentos para a Copa de 2014.²⁷

Logo, podemos concluir, através do modelo de gestão apresentado pelo Brasil até o momento, que um cenário causado pela elevação da dívida pública, parecido com o descrito no capítulo anterior, deverá incidir sobre a economia brasileira após a Copa, pois o aumento esperado na arrecadação tributária de R\$ 11 bilhões, numa visão otimista, não será capaz de cobrir os gastos.²⁸

Além disso, como a participação do dinheiro público no financiamento da Copa será expressiva, a questão dos custos de oportunidade é extremamente relevante, visto que gastos em outros setores da economia serão preteridos em função do evento. Percebe-se, assim, que o Brasil peca pela falta de capacidade de atrair grupos privados, causada pela ausência de um planejamento antecipado e metuculoso, e também por ter um meio empresarial pouco acostumado em abordar de maneira eficiente os possíveis benefícios econômicos de um grande evento esportivo, potencializando, deste modo, os possíveis impactos negativos relacionados ao evento.

Seguindo a análise dos investimentos e das características da economia brasileira, podemos ratificar alguns benefícios provenientes da realização da Copa do Mundo de 2014. A revitalização de áreas degradadas, o incentivo à áreas pouco desenvolvidas e às inovações tecnológicas são típicos benefícios resultantes de investimentos em estádios e seus entornos, e no Brasil também poderão ser notados.

Os vultuosos investimentos em infra-estrutura, como mobilidade urbana, aeroportos e portos – aproximadamente 17,5 bilhões – significarão expressivos ganhos de produtividade, através da renovação de aparelhos urbanos (transporte público, rodovias, etc) e redução de custos diretos e indiretos, resultando em um Brasil mais eficiente economicamente.

Podemos afirmar, com base no histórico da competição, que um impacto positivo no PIB brasileiro, pelo menos no curto prazo, também deverá ser sentido. Além de

²⁷ MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Impactos Econômicos da Realização da Copa de 2014 no Brasil.** Disponível em <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1288291213.pdf> Acesso em 07.04.2011.

²⁸ idem.

experiências anteriores, essa afirmação é fundamentada pelo incremento na geração de empregos originado pela necessidade atribuída a construções de novas estruturas, que devem acontecer em um número considerável, visto que serão gastos R\$ 23,2 bilhões em infra-estrutura civil. Esse incremento implica em um aumento na renda, por conseguinte um acréscimo no consumo, impulsionando a atividade econômica brasileira, e por fim permitindo ao Governo uma maior arrecadação tributária.

O aumento no consumo também será conseqüência do aumento do fluxo turístico no país durante o período de realização da Copa.

Foram apontados, nesse trabalho monográfico, dois principais motivos para um país que esteja sediando um mega-evento esportivo não observar um aumento no número de turistas. São eles: restrições de capacidade e, sobretudo, o efeito crowding-out.

Contudo, temos fortes razões para acreditarmos que esses efeitos serão enfraquecidos no caso brasileiro. A capacidade hoteleira do Brasil aumentará por meio de investimentos em aeroportos (R\$ 5,1 bilhões), portos (R\$ 740 milhões) e hotelaria (R\$ 1,9 bilhões).

Assim sendo, mesmo que o Brasil não consiga aproveitar completamente o potencial turístico atrelado a Copa, devido a alguma restrição de capacidade, certamente será apto a receber um número de turistas muito maior do que no caso da não ocorrência do evento.

O efeito crowding-out será atenuado no caso brasileiro, porque, diferentemente do que normalmente ocorre com os países do hemisfério norte, a Copa do Mundo não será no período de alta temporada local. Um estudo sobre o impacto de mega-eventos esportivos no fluxo de turistas, feito por Johan Fourie e Maria Santana-Gallego, mostra que um mega-evento ocorrido no período de alta temporada não apresenta efeito significativo sobre o fluxo turístico, enquanto aquele que ocorre em outro período aumenta, em média, o turismo em 18%.²⁹

Impende ressaltar, ainda, a impossibilidade de previsão de certos aspectos, tais como alguns benefícios intangíveis, em especial, o fortalecimento da imagem do país no exterior, o maior aproveitamento do potencial turístico e o aumento da auto-estima da

²⁹ FOURIE, Johan e SANTANA-GALLEGO, Maria. **The Impact of Mega-Sport Events on Tourist Arrivals**. *Tourism Management*, doi:10.1016/j.tourman.2011.01.011, p.1-7, 2011.

população, tendo em vista que são altamente dependentes da visão de sucesso na realização do evento. Note-se, por fim, que o saldo do evento ao longo prazo, bem como os aspectos supramencionados, somente serão perceptíveis após a Copa do Mundo.

Com todos os investimentos já citados, em diferentes setores da economia, causando aumento na geração de empregos, na renda da população, no consumo, na arrecadação tributária, é esperado um saldo positivo na economia brasileira durante a fase de preparação para o evento, que corresponde até 2014.

O efeito do evento, porém, sobre a economia local no longo prazo é ambíguo. Efeitos como o aumento na geração de empregos, no consumo e no fluxo turístico se mostraram temporários em experiências anteriores, com exceção de Barcelona.

Temos, ainda, o caso da Grécia que demonstrou um crescimento anual de 1,3% no PIB durante a fase de preparação, mas atualmente atravessa uma recessão causada pela crise fiscal. Apesar de difícil comprovação, especialistas crêem em alguma correlação positiva entre os jogos olímpicos e a atual recessão econômica, ou seja, crescimento no curto prazo às custas de elevação da dívida pública poderá resultar em uma futura recessão.

Sabemos que a Copa trará avanços em termos de eficiência econômica, inovação tecnológica e ganho de produtividade. No entanto, com o atual modelo de gestão da Copa, também teremos subutilização de estádios e elevação da dívida pública. Pelo exposto, em uma visão a longo prazo, seria leviano, e por demais pretensioso, tecer, no presente momento, qualquer tese conclusiva no sentido da compensação dos benefícios advindos da realização de uma Copa do Mundo, em comparação com seu ônus.

CONCLUSÃO

Encerra-se, finalmente, a presente Monografia, que buscou analisar a realização de mega-eventos esportivos, em especial a Copa do Mundo de 2014, e os impactos que podem ser sentidos na economia. Grandes eventos esportivos possuem forte apelo popular e visibilidade internacional, motivo pelo qual são utilizados por diversos países como estratégia para a atração de investimentos, buscando crescimento e desenvolvimento econômico.

A revisão da literatura referente ao assunto em questão permitiu a visualização de impactos econômicos sentidos por países que já realizaram o evento. Através de uma análise *ex post*, pudemos perceber que a maneira como as conseqüências de tal evento incidem sobre o país-sede difere por causa de diferentes fatores.

Desse modo, para discutirmos os custos e benefícios relevantes, temos que considerar as características da economia local, o modelo de gerenciamento, a forma de financiamento e os destinos dos investimentos.

Como a Copa do Mundo é habitualmente disputada em países desenvolvidos, foi de extrema relevância para o nosso estudo, a discussão acerca das diferenças entre a execução de um mega-evento esportivo em um país desenvolvido e em um país em desenvolvimento, como o Brasil.

O custo de capital é mais alto para os países emergentes, o que significa um sacrifício maior para o financiamento dos investimentos, assim como para o consumo de bens e serviços relacionados ao evento por parte da população local.

No entanto, o custo de trabalho é mais baixo, o que possibilitaria ao Brasil uma redução nos custos operacionais e de construção. Ademais, com base nas características da economia brasileira, vimos que benefícios como a redução do déficit de infra-estrutura, geração de empregos, fortalecimento da imagem do país no exterior são realizáveis, assim como a elevação da dívida pública e subutilização de estádios são custos relevantes.

Para uma previsão de como esses benefícios e custos incidirão sobre o Brasil, durante e após a Copa, foi imprescindível um exame minucioso sobre como serão os

financiamentos dos recursos necessários para os investimentos, assim como os destinos dos mesmos.

Vimos que o Brasil, acertadamente, investirá uma grande quantia em infraestrutura urbana, o que representa um impacto de longo prazo na eficiência econômica de diversas cidades. Todavia, essa quantia podia ser ainda maior caso o Brasil fosse capaz de atrair uma maior participação privada, especialmente em setores nos quais há amplo espaço para isso, como a construção de estádios.

Aliás, a participação quase total do setor público, característica típica do modelo de gestão brasileiro, no levantamento de recursos, potencializa a probabilidade de um cenário obscuro, causado por uma elevação da dívida pública, se instalar no país.

Podemos concluir, com base no que foi exposto, que a Copa do Mundo de 2014 pode ser usada como uma eficiente ferramenta para crescimento econômico, deixando um legado positivo para o Brasil. Contudo, esse legado depende do modelo de gestão que o país-sede adota.

Esperamos, destarte, uma maior cautela com a realização do evento e que os governantes não sejam levados por um otimismo exacerbado. É importante que o Governo tenha responsabilidade fiscal para a maximização dos benefícios e minimização dos custos associados à Copa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAADE, Robert. **Professional Sports as Catalysts for Metropolitan Economic Development**. Journal of Urban Affairs, n.18, p. 1–17, 1996.

BAADE, Robert e MATHESON, Victor. **Bidding for the Olympics: Fools Gold?** Transatlantic Sport: The Comparative Economics of North American and European Sports, p.127-151, 2002.

BOHLMAN, Henrich R. **Predicting the Economic Impact of the 2010 FIFA World Cup on South Africa**. University of Pretoria, working paper: 2006-11, 2006.

BROOKE, James. **Hosts' Big Hopes Are Let Down By World Cup**. The New York Times, 29 de junho de 2009.

BRUNET, Ferran. **An Economic Analysis of the Barcelona'92 Olympic Games: Resources, Financing and Impact**. Bellaterra: Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport, 1995. Disponível em: <http://blues.uab.es/olympic.studies/pdf/OD006_eng.pdf>. Acesso em 08.04.2011.

_____, Ferran. **The Economic Impacts of the Olympic Games**. The Centennial President. Lausanne: International Olympic Committee, p.1-10, 1997.

BUTTNER, Nicolas, MAENNING, Wolfgang e MESSNER, Marco. **Relationships Between Investments Costs for Infrastructure and for Sport Stadia: The Case of the World Cup 2006 in Germany**. International Association of Sports Economists, Working Paper Series, n.07-04, 2007.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Matriz de Responsabilidades**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/>>. Acesso em 30.03.2011.

CROWE HORWATH RCS. **Gestão do Ativo Estádio – Viabilidade Econômica-Financeira de Estádios e Arenas para a Copa de 2014**. 2010.

FARIA, Weslem e MAGALHÃES, Aline. **Avaliação dos Impactos Regionais do Projeto da Rodovia BR-101: Uma Análise de Equilíbrio Geral Computável**. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Regionais e Urbanos, 2008.

FINER, Jonathan. **The Grand Illusion**. Far Eastern Economic Review, n.7, p.32-36, 2002.

FLOROS, Christos. **The Impact of the Athens Olympic Games on the Athens Stock Exchange**. Journal of Economic Studies, v.37, n.6, p.647-657, 2010.

FOURIE, Johan e SANTANA-GALLEGO, Maria. **The Impact of Mega-Sport Events on Tourist Arrivals**. Tourism Management, doi:10.1016/j.tourman.2011.01.011, p.1-7, 2011.

GOLDEN GOALS SPORTS VENTURES LTDA. **Calculando o Impacto Econômico de Mega-Eventos Esportivos**. Disponível em <http://www.goldengoal.com.br/br/downloads/Retorno_Jogos_Olimpicos.pdf>. Acesso em 07.04.2011

GUILHOTO, Joaquim J.M. e SESSO FILHO, Umberto A **Estimação da Matriz Insumo-Produto a Partir de Dados Preliminares das Contas Nacionais**. Economia Aplicada, v.9, n.2, 2005.

HENSLEY, Matthew e BEHRENS, Careen. **PPP and the World Cup: Strategies to Help Emerging Markets Attract Major Events and Finance New Infrastructure**. Disponível em <http://www.ip3.org/pdf/2006_publication_009.pdf>. Acesso em 15.04.2011.

IBGE. 2010.

IPEA. **Gastos com a Política Social: Alavanca para o Crescimento com Distribuição de Renda**. Comunicados do Ipea, n.75, 2011.

IPEA. **Aeroportos no Brasil: Investimentos Recentes, Perspectivas e Preocupações**. Nota Técnica, n.5, abril de 2011.

KASIMATI, Evangelia e DAWSON, Peter. **Assessing the Impact of the 2004 Olympics Games on the Greek Economy: A Small Macroeconometric Model.** *Economic Modeling*, n.26, p. 139-146, 2009.

KAVETSOS, Georgios e SZYMANSKI, Stefan. **National Well-Being and International Sports Events.** *Journal of Economic Psychology*, n.31, p.158-171, 2010.

LEE, Choong-Ki e TAYLOR, Tracy. **Critical Reflections on the Economic Impact Assessment of a Mega-Event: The Case of 2002 FIFA World Cup.** *Tourism Management*, n.26, p.595-603, 2005.

MAENNING, Wolfgang e DU PLESSIS, Stan. **World Cup 2010: South African Economic Perspectives and Policy Challenges Informed by the Experience of Germany 2006.** *Contemporary Economic Policy*, v.25, n.4, p. 578-590, 2007.

MATHESON, Victor e BAADE, Robert. **Mega Sporting Events in Developing Nations: Playing the Way to Prosperity?** *The South African Journal of Economics*, v. 72:5, p. 1085-1096, dezembro de 2004.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Impactos Econômicos da Realização da Copa de 2014 no Brasil.** Disponível em http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1288291213.pdf. Acesso em 07.04.2011.

OGUCHI, Yukihiro. **Dentsu Survey Estimates the Economic Impact in Japan from the 2006 FIFA World Cup Germany.** *Dentsu Press Release*, n.17, 2006.

STERKEN, Elmer. **Growth Impact of Major Sporting Events.** *European Sport Management Quartely*, v.6, n.4, p.375-389, 2006.

TESOURO NACIONAL. **Relatório Anual da Dívida Pública 2010 – Plano Anual de Financiamento 2011.**

PERSKY, Joseph, FELZENSHTAIN, Daniyel e CARLSON, Virginia. **What Are Jobs Worth?** *Employment Research Newsletter*, v.11, n.3, 2004.

U.S. CENSUS BUREAU. 2010.

ZIMBALIST, Andrew. **Is It Worth It?** Finance & Development, p. 8-11, março de 2010.